



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE-IJUÍ

CARGO

A DVOGADO (PROCURADOR-GERAL)

5-3-2023

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME

C onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. Julgue cada afirmação abaixo como verdadeira (V) ou falsa (F) e marque a alternativa que contém a sequência correta das letras, de cima para baixo.
() A concessão de tutela antecipada suspende a exigibilidade do crédito tributário.
() A propositura da ação anulatória suspende a exigibilidade do crédito tributário.
() É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretende discutir a exigibilidade do crédito tributário.
A. () V – V – V
B. () V – F – F
C. () F – V – F
D. () F – F – F
2. Em relação ao Mandado de Segurança estão corretas as afirmativas a seguir, exceto a da alternativa:
A. () Denegado o mandado de segurança fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária.
B. () O mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais pretéritos, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.
C. () É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
D. () O mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
3. A empresa “X”, estabelecida em Santo Ângelo, resolveu pavimentar o estacionamento de clientes com piso de concreto intertravado. Para tanto, contratou a empresa “Y”, estabelecida em Entre Ijuís, para realizar a obra em regime de empreitada global. Por sua vez, a empresa “Y” contratou com empresa “Z”, estabelecida em Ijuí, a fabricação das peças de concreto e a entrega das mesmas diretamente no local da obra. Em relação a este caso hipotético, o fornecimento das peças de concreto pela empresa “Z” constitui:
A. () Fato gerador de ISSQN, sendo sujeito ativo o município de Santo Ângelo.
B. () Fato gerador de ISSQN, sendo sujeito ativo o município de Entre-Ijuís.
C. () Fato gerador de ISSQN, sendo sujeito ativo o município de Ijuí.
D. () Fato gerador de ICMS.
4. Considerando os princípios da anterioridade de exercício e da noventena, marque a alternativa incorreta.
A. () A fixação da base de cálculo do IPTU está sujeita à anterioridade nonagesimal.
B. () O ICMS está sujeito tanto à anterioridade de exercício quanto à noventena.
C. () O Imposto de Importação não precisa observar a noventena.
D. () O IPI só está sujeito à noventena.
5. Em relação à competência tributária dos Municípios, analise as afirmações abaixo e marque a resposta correta.
 - I. Podem criar imposto predial e territorial urbano, o qual poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
 - II. Podem criar o imposto sobre serviços de qualquer natureza, inclusive serviços de comunicação, desde que o Estado em que se localize o Município não tenha instituído o ICMS.A. () Apenas a afirmação I está correta.
B. () Apenas a afirmação II está correta.
C. () As duas afirmações estão corretas.
D. () As duas afirmações estão incorretas.

6. No que tange à Fazenda Pública nos procedimentos especiais, mais precisamente sobre a execução fiscal e os embargos à execução fiscal, assinale a alternativa correta.
- A.() Recebidos os embargos à execução fiscal, o(a) magistrado(a) mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 15 (quinze) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
 - B.() Em uma execução fiscal, o executado será citado para, no prazo de 05 dias: pagar a dívida, acrescida dos juros, multa de mora e encargos; ou garantir a execução.
 - C.() O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução fiscal por meio de embargos.
 - D.() O prazo para o oferecimento dos embargos à execução fiscal é de 30 dias, a contar da data da juntada do termo de penhora nos autos da execução fiscal.
7. Sobre o cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, analise os itens abaixo e marque a alternativa correta.
- I. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
 - II. Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.
 - III. A Fazenda Pública, em cumprimento de sentença contra ela apresentado, será intimada para pagar o débito em 15 dias, sob pena de incidência de multa de 10% em seu desfavor.
- A.() Somente estão corretos os itens I e III.
 - B.() Somente estão corretos os itens II e III.
 - C.() Somente estão corretos os itens I e II.
 - D.() Todos os itens estão corretos.
8. De acordo com o vigente Código de Processo Civil brasileiro, o recurso cabível contra decisão interlocutória proferida por magistrado(a) de primeira instância, que rejeita a alegação de convenção de arbitragem, é o recurso de:
- A.() Agravo de instrumento.
 - B.() Apelação.
 - C.() Agravo retido.
 - D.() Agravo interno.
9. Tomando por base o disposto no Código de Processo Civil brasileiro, bem como nos atuais entendimentos firmados pelos tribunais superiores, assinale a alternativa que contenha afirmação correta.
- A.() Segundo entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a impenhorabilidade de valores em conta de pessoa física, limitada a 40 salários mínimos, restringe-se aos depósitos em caderneta de poupança. Portanto, os valores aplicados em conta corrente ou outras aplicações financeiras não são abrangidos pelo manto da impenhorabilidade.
 - B.() A Fazenda Pública, assim como as empresas públicas e as sociedades de economia mista, goza da prerrogativa de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
 - C.() Conforme expressa previsão no Código de Processo Civil brasileiro, que segue entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, as sentenças ilíquidas proferidas contra a Fazenda Pública não estão sujeitas à remessa necessária.
 - D.() Conforme expressa previsão do vigente Código de Processo Civil brasileiro, o Município será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.



10. Segundo as regras esculpidas no atual Código de Processo Civil brasileiro, assinale a alternativa correta, dentre as afirmativas abaixo.
- A.() No procedimento comum, caso a parte demandada, validamente citada, não compareça à audiência de conciliação, a sua falta será considerada ato atentatório à dignidade da justiça, cuja consequência processual é a incidência dos efeitos da revelia em seu desfavor.
 - B.() Caso a parte demandada deseje impugnar a gratuidade da justiça, deferida ao autor, deverá fazê-lo em petição própria, denominada de exceção de impugnação à gratuidade da justiça.
 - C.() A desistência da ação principal ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito impede o prosseguimento do processo quanto à reconvenção, tendo em vista que há uma relação de dependência entre ambas.
 - D.() A denominada fase de organização e saneamento do processo presta-se para, dentre outras razões, delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória e especificar os meios de prova admitidos.
11. Em relação à teoria dos direitos fundamentais, assinale a alternativa em que a resposta se correlaciona corretamente aos temas anunciados a seguir:
- a) dimensão dos direitos fundamentais;
 - b) modelo de Estado associado ao surgimento da dimensão;
 - c) direito que a compõe;
 - d) princípio que se alinha.
- A.() a) primeira dimensão; b) Estado Liberal; c) direito à paz; d) princípio da liberdade.
 - B.() a) segunda dimensão; b) Estado Social; c) direito à previdência; d) princípio da igualdade.
 - C.() a) primeira dimensão; b) Estado Social; c) direitos sociais; d) princípio da igualdade.
 - D.() a) terceira dimensão; b) Estado Liberal; c) direito à liberdade; d) princípio da fraternidade.
12. O direito fundamental de propriedade pode, segundo a Constituição, sofrer a seguinte limitação:
- A.() Desapropriação, sem indenização, se a propriedade servir de ponto de consumo de entorpecentes.
 - B.() Expropriação, retirada de uma propriedade do particular, sem qualquer indenização, para a construção de uma escola pública.
 - C.() Expropriação, retirada de uma propriedade do particular, sem qualquer indenização, se nela for constatada a exploração de trabalho escravo.
 - D.() Desapropriação, mediante pagamento por títulos da dívida agrária, se na propriedade forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.
13. Com base nos itens referidos abaixo, analise as alternativas a seguir e marque a única correta.
- a)** Sobre a prisão, de acordo com a interpretação do Supremo Tribunal Federal.
 - b)** Acerca da inviolabilidade de domicílio, forma de ingresso não vedada pela atual Constituição brasileira.
- A.() **a)** Ninguém será preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente; **b)** somente de dia, em caso de desastre.
 - B.() **a)** O preso tem o expresso direito fundamental de mentir, podendo quebrar a cadeia, sem que isso signifique ilícito, porque está lutando pela liberdade; **b)** dia e noite, com autorização judicial.
 - C.() **a)** As únicas duas prisões civis por dívida que se mantêm no Brasil são a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel; **b)** a qualquer hora, com fundamentada autorização judicial.
 - D.() **a)** A única prisão civil por dívida que restou no Brasil, em face da adesão do Brasil ao Pacto de São José da Costa Rica, é a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, tendo sido banida a do depositário infiel; **b)** dia e noite, em caso de flagrante delito.



14. Com base na proposição abaixo, marque a alternativa correta.
Lei Municipal que estabelece parâmetros para a atividade de transporte privado individual por motoristas cadastrados em aplicativos, à luz da ordem constitucional.
- A.() É constitucional, já que o Município pode legislar sobre a matéria de típico interesse local, de competência privativa do município.
 - B.() É constitucional, já que o Município pode legislar sobre a matéria, para fins de regulamentação e fiscalização, e deve observar os parâmetros da lei federal.
 - C.() É inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
 - D.() É constitucional, já que o Município pode legislar sobre o transporte local, observadas as leis federais e estaduais, vedando-o, restringindo-o ou regulamentando-o.
15. Sobre a competência dos Municípios, assinale a assertiva correta.
- A.() A competência para estabelecer o zoneamento da cidade é necessária, podendo afetar a livre concorrência.
 - B.() Não compete ao Município a edição de lei que fixa o tempo máximo de espera em fila de banco.
 - C.() O horário de funcionamento de instituições bancárias é de interesse predominante dos Municípios, podendo regulamentá-lo.
 - D.() Os Municípios podem legislar para suplementar a legislação estadual e federal, desde que isso seja necessário ao interesse local.
16. A administração pública está dividida de acordo com a correta descrição da alternativa:
- A.() Administração pública e órgãos públicos.
 - B.() Administração pública direta e repartições públicas.
 - C.() Administração pública direta e administração pública indireta.
 - D.() Administração indireta e agências reguladoras.
17. Marque a alternativa que dispõe corretamente os princípios constitucionais administrativos que regem a administração pública direta e indireta, previstos no artigo 37 da CF/88.
- A.() Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - B.() Princípios da razoabilidade, moralidade, executoriedade, publicidade e proporcionalidade.
 - C.() Princípios da supremacia do interesse público, legalidade, moralidade, continuidade e eficiência.
 - D.() Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ineficácia.
18. A convalidação dos atos administrativos ocorre no(s) seguinte(s) elemento(s):
- A.() Pelo Sujeito, se o ato for praticado por vício de incompetência.
 - B.() Em razão da matéria.
 - C.() Pelos elementos - motivo e finalidade.
 - D.() Pelo elemento do objeto.
19. Segundo a Constituição Federal, o prazo de concurso público corresponde corretamente à descrição da alternativa:
- A.() O prazo de validade do concurso será de três anos, prorrogável por igual período.
 - B.() O prazo de validade do concurso será de apenas um ano, não sendo possível sua prorrogação.
 - C.() O prazo de validade do concurso será de até dois anos, não sendo possível sua prorrogação.
 - D.() O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável por igual período.
20. A Lei 14133/21- nova lei de licitações - apresenta as modalidades de licitação, dispostas corretamente na alternativa:
- A.() Concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso.
 - B.() Pregão, concorrência, concurso, leilão e convite.
 - C.() Pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.
 - D.() Concorrência, diálogo competitivo, leilão, tomada de preços e pregão.

21. As despesas correntes se classificam de acordo com a correta descrição da alternativa:
- A.() Despesas de custeio e inversões financeiras.
 - B.() Investimentos e transferências correntes.
 - C.() Despesas de custeio e transferências correntes.
 - D.() Transferências de capital e transferências correntes.
22. São receitas de capital os itens dispostos corretamente na alternativa:
- A.() Amortização e alienação de bens.
 - B.() Impostos e taxas.
 - C.() Agropecuária e indústria.
 - D.() Alienação de bens e serviços.
23. Assinale a alternativa que completa corretamente a proposição a seguir:
"O Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentária conterá"
- A.() Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
 - B.() Cumprimento das metas relativas a incentivos à demissão voluntária.
 - C.() O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil, que deverão ser demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.
 - D.() Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
24. Conforme a Lei LC 101/00, não são computadas como despesas de pessoal as decorrentes da(s) seguinte(s) situação(s):
- I. Horas extras.
 - II. Indenização por demissão de servidores ou empregados.
 - III. Gratificações.
 - IV. Vantagens pessoais.
- Está(estão) correto(s):
- A.() Somente os itens I e III.
 - B.() Somente o item II.
 - C.() Somente os itens III e IV.
 - D.() Somente os itens I e II.
25. Os créditos adicionais classificam-se em consonância com os itens corretamente citados na alternativa:
- A.() Superávit, especiais e extraordinários.
 - B.() Excesso de arrecadação, suplementares e especiais.
 - C.() Suplementares, especiais e extraordinários.
 - D.() Superávit, excesso de arrecadação e extraordinários.

Legislação

26. O Artigo 8º da Lei Orgânica do município de Entre-Ijuís trata das competências do município, no exercício de sua autonomia administrativa. Dentre as competências arroladas abaixo, assinale com V as verdadeiras e com F as falsas e, no final, marque a alternativa que corresponde à sequência correta das letras de cima para baixo.
- () Legislar sobre assuntos de interesse local.
 - () Organizar-se administrativamente tomando como exemplo a legislação de outros municípios de igual porte.
 - () Organizar os quadros e estabelecer o Regime Jurídico de seus Servidores.
 - () Legislar sobre os serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás e energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso particular.
- A.() V, V, F, F.
 - B.() V, F, V, F.
 - C.() F, F, V, V.
 - D.() F, V, F, V.

27. Pelas normas da Lei Orgânica do Município de Entre-Ijuís, a Procuradoria Geral do Município é a instituição que representa, como advocacia geral, o Município, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Procuradoria Geral do Município tem por chefe o Procurador Geral do Município, nomeado pelo Prefeito dentre integrantes da carreira de Procurador Municipal, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- II. A destituição do Procurador Geral do Município, pelo Prefeito, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara Municipal.
- III. O Procurador Geral do Município poderá ser destituído pela maioria absoluta da Câmara Municipal, na forma da lei complementar respectiva.
- IV. O ingresso na carreira de Procurador Municipal far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, inclusive na elaboração do programa e quesitos das provas, observada, nas nomeações, a ordem de classificação, sendo requisito indispensável a comprovação do exercício efetivo da advocacia por, no mínimo, dois anos.

Após a análise das afirmativas supra, marque a única alternativa correta.

- A. () Estão corretas apenas as afirmativas I e II.
- B. () Estão corretas apenas as afirmativas III e IV.
- C. () Todas as afirmativas estão incorretas.
- D. () Todas as alternativas estão corretas.

28. Com referência ao novo plano de cargos e salários (Lei 3.610/2022), leia as afirmativas abaixo colocando V para as verdadeiras e F para as falsas. Após, marque a alternativa correspondente à sequência das letras, de cima para baixo.

- () O plano instituído por essa Lei obedece em parte ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos estabelecido no âmbito municipal, e aplica-se àqueles servidores nomeados para cargo de provimento efetivo do Município, excetuados os ocupantes do Quadro de Servidores da Saúde, disciplinado em Lei específica.
- () O sistema de carreiras no Serviço Público Municipal atenderá às diretrizes estabelecidas pelo presente diploma legal, oportunizando aos seus membros condições de desenvolvimento e qualificação profissionais, em consonância com os princípios e fins da administração pública municipal.
- () O quadro de cargos e funções do Poder Executivo Municipal é integrado por:
 - I. quadro dos cargos de provimento efetivo, constituído por três grupos: cargos de nível fundamental, cargos de nível médio e técnico e cargos de nível superior;
 - II. quadro de gratificações;
 - III. quadro dos cargos em comissão e funções gratificadas.
- () Por essa Lei, entende-se como cargo o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo, retribuição pecuniária padronizada, escolaridade e carga horária.

- A. () V, V, F, F.
- B. () F, V, V, V.
- C. () F, V, F, V.
- D. () F, F, V, V.



29. Conforme os artigos 39/40 do Plano de Cargos e Salário da Prefeitura de Entre-Ijuís, o programa de qualificação dos servidores municipais, titulares de cargos de provimento efetivo e em comissão tem como objetivo promover a sua capacitação e aperfeiçoamento, visando a um melhor desempenho de suas funções.

Para a implementação desse programa, a Administração Municipal:

- I. Oportunizará treinamentos, seminários e congressos para os seus servidores sempre que verificada a necessidade, visando dinamizar a execução das atividades dos diversos órgãos.
- II. Autorizará ou determinará o afastamento do servidor, sem prejuízo de sua remuneração, para participar de treinamentos, seminários e congressos realizados nas suas respectivas áreas de atuação.
- III. Auxiliará na aquisição de livros e materiais necessários para a qualificação dos servidores, desde que existente pertinência entre o tema e as funções que exerce o servidor.
- IV. Auxiliará nas despesas com transporte, estadia e alimentação, quando for o caso, nos moldes definidos em lei específica.

Após a análise das afirmativas supra, marque a alternativa que representa a resposta correta.

- A.() Estão corretas as afirmativas I, II, III e IV.
- B.() Estão corretas somente as afirmativas I e II.
- C.() Estão corretas somente as afirmativas II e IV.
- D.() Nenhuma das afirmativas está correta.

30. Sobre o Meio Ambiente, a Lei Orgânica do Município assim se manifesta:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Diante da afirmativa supra, marque a única alternativa incorreta, de acordo com a proposição a seguir.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município, supletivamente à União e ao Estado, entre outras:

- A.() Definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e a forma da permissão para alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- B.() Promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente.
- C.() Incentivar e apoiar as manifestações comunitárias e de entidades de caráter científico, cultural, educacional e recreativo, com finalidades ecológicas.
- D.() Explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão competente, na forma da lei.